

Capitais mostram descompasso entre receitas e despesas, e cresce risco de desajuste fiscal

Contas públicas Apesar de receita maior, despesas correntes cresceram com mais força em 2024

Prefeitos das capitais começam mandato sob fim da 'bonança'

Balanças & Perspectivas

Marta Watanabe
De São Paulo

Com 16 reeleitos para o mandato que começa em 2025, os prefeitos das capitais brasileiras devem enfrentar cenário muito diferente daquele que marcou a "bonança" dos quatro últimos anos. Houve aumento de arrecadação em 2024, mas as despesas correntes, na maior parte obrigatórias e destinadas ao pagamento de servidores e custeio da máquina pública, aceleraram mais. De janeiro a outubro de 2024, o comprometimento de receitas com despesa corrente e amortização da dívida no agregado das 26 capitais brasileiras atingiu 89,1%. A taxa é 4,1 pontos percentuais (p.p.) superior aos 85% de 2023 e 6,9 p.p. acima dos 82,2% de 2020, último ano da gestão anterior, sempre em igual período.

Os dados foram levantados por Alberto Borges, economista da consultoria Aequus, considerando receitas correntes e gastos liquidados informados pelos municípios. Para especialistas, o indicador é um dos que revelam risco de desajuste fiscal, algo que começa a se materializar e que deve ficar mais evidente com a esperada desaceleração econômica em 2025.

Borges estima que a despesa corrente e com amortização da dívida empenhadas em 2024 chegue a 96% da receita corrente, mesmo nível de 2019, quando as capitais começaram a recuperar arrecadação. Em razão de restrições para gastos de pessoal e também por choques sucessivos que favoreceram o aumento de arrecadação, a relação entre despesas correntes empenhadas — incluindo amortização de dívida — e receitas correntes ficou menor após a pandemia de covid-19, o que favoreceu as contas dos municípios. Em 2020 foi de 94,9% e ficou em 92,1% e 92,7% nos dois anos seguintes, nessa ordem. Em 2023 foi de 94,7%.

"Os dados fiscais de prefeituras no decorrer de 2024 já mostravam o descompasso entre receitas e despesas e apontavam risco de desajuste fiscal, algo que está se materializando agora", observa Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX. Ele lembra que os municípios fizeram caixa durante a reabertura da economia, no pós-covid-19, com as transferências extraordinárias da União e, depois, com a recuperação do setor de serviços e elevação de receitas, favorecidas em 2021 e 2022 por inflação e alta de preços de commodities.

"Houve um boom de receitas e como a regra de gastos para Estados e municípios é fixa, porque os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal não garantem controle, a conta chegou e boa parte dela é de despesa obrigatória. Já há uma piora estrutural nas contas dos entes subnacionais", avalia Barros.

Em 2023 e 2024, lembra Borges, o aumento de receitas e de superávits financeiros acumulados permitiu forte expansão de investimentos e favoreceu a reeleição de prefeitos. "Os números mostram uma mudança radical e os prefeitos que assumem em 2025, principalmente os reeleitos, vão lidar com cenário completamente novo em relação ao dos últimos quatro anos. As mesmas administrações que viram o período de relativa bo-

nança, de quadro fiscal mais positivo, não podem olhar para o futuro com a mesma perspectiva." O novo quadro, diz, não deve permitir o mesmo mandato com nível de investimentos parecido com o da gestão encerrada em 2024, embora alguns gestores possam ir atrás de operações de crédito.

Para Giovanna Vieter, secretária de Fazenda de Salvador, o comprometimento de 96% em si não está fora do esperado e reflete o atendimento de demandas por serviços em educação, saúde, manutenção e assistência social. Um sinal amarelo, diz, viria caso o índice chegasse a 102% ou 104%. Ela reconhece, porém, que há mudança de cenário em relação à gestão encerrada em 2024, principalmente nas receitas. "Não é mais uma conversa otimista". Há preocupação também, diz, sobre os efeitos da desvalorização cambial. "Há um risco de pressão inflacionária que pode elevar despesas, e isso não está relacionado à decisão de política pública nacional. Tem que ficar muito claro. Isso é uma questão macroeconômica do país."

A reeleição de boa parte dos prefeitos das capitais dificulta um processo de ajuste fiscal, diz Barros. "A maioria foi reeleita com reajuste salarial, abertura de concurso público, investimentos. Houve muito gasto, tradicional no ciclo político eleitoral. Fica difícil para eles simplesmente virarem a mão e adotar uma política em sentido oposto. Haverá dificuldade de sinalizar ao eleitorado que o cenário mudou e é preciso reduzir gastos."

Os dados da Aequus mostram que os investimentos das prefeituras no mandato de 2021 a 2024 aumentaram em ritmo acelerado em relação à gestão anterior. No acumulado de janeiro a outubro de 2024 os investimentos liquidados nas capitais somaram R\$ 22,3 bilhões, bem mais que os R\$ 9,4 bilhões de igual período de 2020, último ano do mandato anterior. Em 2023 foram R\$ 16,4 bilhões em investimentos com R\$ 6,9 bilhões de 2019, sempre em valores atualizados até outubro de 2024.

O descompasso entre receitas e despesas, ressalta Borges, foi maior em 2023 e 2024. A receita corrente de janeiro a outubro cresceu 3,5% em 2023 e 7,2% em 2024. Na mesma comparação, o gasto corrente e o de amortização de dívida, liquidados, avançaram 9,4% e 12,5%. Dentro dessas despesas, a de pessoal cresceu 7,7% e 5%, mas as "outras despesas correntes", que incluem os gastos para manutenção da máquina pública, subiram 11,4% e 17,1%, na mesma ordem. "As receitas andaram bem, mas as despesas de custeio dispararam."

Parte disso, aponta Borges, foi possível porque as receitas vieram acima do esperado em boa parte da gestão que se encerrou em 2024. Em 2023, a Receita Corrente Líquida (RCL) ficou 1,6 ponto percentual acima do orçado no agregado das 26 prefeituras. As superávits foram maiores em 2021 e 2022,



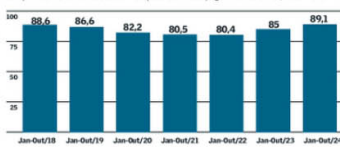
Para Borges, prefeitos que viram período de relativa bonança, com quadro fiscal mais positivo, não podem olhar para o futuro com a mesma perspectiva

Descompasso entre receitas e despesas

Dados selecionados das 26 capitais brasileiras

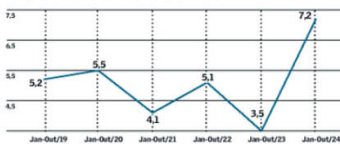
Gastos aumentam nas capitais

Comprometimento da receita com despesa corrente e pagamento de dívida, de Jan-Out* - %



Receita corrente cresceu

Varição em Jan-Out de cada ano, em taxas reais*** - %



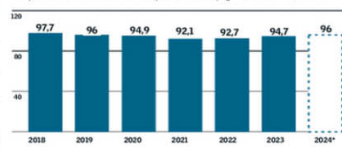
Investimentos liquidados aceleraram

Jan-Out de cada ano, em taxas reais*** - %



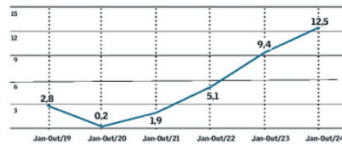
Possível volta ao nível de 2019

Comprometimento da receita com despesa corrente e pagamento de dívida, no ano*** - %



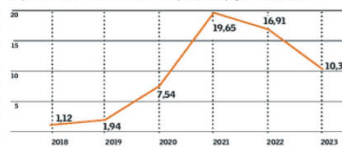
Despesas subiram em ritmo mais acelerado****

Varição em Jan-Out de cada ano, em taxas reais*** - %



Consumo de recursos em caixa

Disponibilidade de recursos não vinculados após restos a pagar**** - R\$ bilhões



Total das 26 capitais, de janeiro a outubro de 2024

R\$ 234,8 bilhões
em receita corrente

R\$ 209,3 bilhões
em despesa corrente e de amortização da dívida, liquidadas

R\$ 92,1 bilhões
em despesa liquidada de pessoal e encargos sociais

R\$ 22,3 bilhões
foram os investimentos liquidados

Fonte: Relatório Revisão de Execução Orçamentária das prefeituras, com colaboração do economista Alberto Borges, da Aequus. *Considera receita corrente e despesas liquidadas no agregado das 26 capitais. **Considera receita corrente e despesas empenhadas no agregado das 26 capitais. ***Atualização até outubro/2024. ****Despesa corrente e com amortização da dívida, liquidada.

nos últimos anos. Os dados mostram que a receita corrente das capitais cresceu 21,5% reais de 2020 a 2024 enquanto a despesa corrente e com amortização de dívidas aumentou 31,7%, sempre de janeiro a outubro. Nesses dez meses, em 2024, a receita corrente somou R\$ 234,8 bilhões, e o gasto corrente e com amortização da dívida, liquidado, R\$ 209,3 bilhões.

"A conta chegou e boa parte dela é de despesa obrigatória"
Gabriel L. de Barros

quando a RCL ficou 9 p.p. e 3,3 p.p. acima do orçado, nessa ordem. Isso, explica Borges, contribuiu para o acúmulo de superávits financeiros. O saldo disponível em caixa, não cambiado e já descontados os restos a pagar, subiu de R\$ 7,5 bilhões em 2020 para R\$ 19,7 bilhões e, em 2021, primeiro ano da gestão que foi até 2024. Em 2022, o caixa ficou em R\$ 16,9 bilhões. Em 2023 fechou em nível ainda relativamente alto, mas já reduzido para R\$ 10,3 bilhões.

O nível de liquidez, porém, não será o mesmo para os prefeitos que assumem em 2025, observa Borges. Em 2024, tanto Estados quanto prefeituras, lembra, acabaram sendo beneficiados pelo esforço fiscal da União, muito baseado em imposto de Renda (IR). O imposto tem parte da arrecadação dividida com prefeituras via Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Isso deve perder força em 2025 e o

ICMS, imposto estadual arrecadado pelos Estados e também comunitariamente repassado às prefeituras, também não deve ter um crescimento explosivo, indica.

Do lado das receitas, diz Vieter, uma das preocupações das prefeituras é com a proposta da União de isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil mensais. Ela diz que há incerteza sobre a compensação da perda de receita com a tributação maior sobre os que ganham acima de R\$ 50 mil. Isso, explica, pode afetar a composição do FPM. Se isso acontecer, defende, os municípios precisarão ser compensados, da mesma forma que os Estados, já foram resarcidos pelas perdas de ICMS em 2022. Outro impacto da medida é a perda, para as prefeituras, da receita do IR retido na folha. Em Salvador, exemplifica, os salários até R\$ 5 mil mensais são praticados em 90% da folha. Ela defende que caso a medida seja aprovada, os municípios possam manter a retenção de IR da forma como acontece atualmente. Os servidores isentos receberiam restituição do imposto da União seguindo procedimentos da declaração de IR.

Num ambiente em que o repasse de ICMS ainda cresce em ritmo abaixo da receita do ISS, segundo Vieter, um caminho para os municí-

pícios é buscar receita extraordinária via securitização de dívida. Salvador, diz, já aprovou lei nesse sentido e espera ter alguma arrecadação com a medida em 2025. Os riscos de desajuste fiscal nos subnacionais ainda não estão evidentes porque a economia cresce em ritmo positivo, diz Barros, mas o cenário macroeconômico à frente é mais difícil. O economista espera alta de 3,5% para o PIB em 2024 e de 1,8% em 2025. A média das expectativas de mercado, segundo o último Focus do Banco Central, indica alta de 3,5% para o PIB em 2024 e 2% em 2025. "Quando essa desaceleração bater, e ela baterá devido à política monetária restritiva não só no Brasil como no cenário externo, os desafios vão se materializar em 2025, principalmente no segundo semestre."

O desafio dos prefeitos será o de cortar gastos, porque "não há espaço para o aumento de carga tributária", diz Barros. "É preciso fazer reforma administrativa, reestruturar cargos e salários, reduzir custos, além de mesurar a vinculação de gastos da saúde e educação às receitas, o que compromete não só as despesas da União como também de Estados e municípios. Já sabemos o que é preciso fazer, o problema é a falta de decisão política."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 4